

Putz! Por que as interjeições são diferentes?

Problemas formais na Morfologia e na Fonologia

Aargh! Why are interjections different?

Formal issues on Morphology and Phonology

Maurício Resende¹

Adelaide Silva²

RESUMO: o presente trabalho investiga a classe de palavras referida pela Gramática Tradicional como “interjeições”, debruçando-se sobre suas principais propriedades fônicas, estruturais e de significado. Primeiramente, nós mostramos como e por que as interjeições constituem um objeto linguístico formal legítimo e, em seguida, quais são suas principais características bem como que tipo de problema elas colocam para uma formalização morfológica e sintática. Posteriormente, nós discutimos suas propriedades fônicas e argumentamos que muito da visão de “anomalia fonológica” das interjeições é fruto de observações sobre a palavra ortográfica e não sobre sua composição sonora. Por fim, ancorados na Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994), nós instanciamos um tratamento formal para alguns dos problemas levantados e, na sequência, sinalizamos aqueles que permanecem em aberto, aguardando trabalhos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: interjeições; anomalia fonológica; morfologia distribuída.

ABSTRACT: this paper investigates the part of speech traditionally known as “interjections”, by looking into their main phonic, structural, and meaningful properties. Firstly, we show how and why interjections constitute a genuine linguistic object and then we discuss what their main aspects are and what kind of issue they rise to a morphologic and syntactic formalization. Later, we discuss their phonic properties and argue that much of the view that interjections are somehow “phonological anomalous” rely on remarks about the orthographic word rather than their phonic constituency. Finally, based on Distributed Morphology (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994), we prefigure a formal treatment for some of the raised issues and then highlight those remaining open for further research.

KEYWORDS: interjections; phonological anomaly; distributed morphology.

1 Introdução

Entre todas as classes de palavras referidas pela tradição gramatical, as interjeições são, de longe, as menos estudadas – não apenas no português brasileiro (PB), mas também nas mais diversas línguas. Nas primeiras gramáticas gregas, as interjeições eram tratadas como um subgrupo da classe de advérbios; foi apenas nas

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, mauricio.s.resende@gmail.com, ORCID 0000 0001 7487 5043.

² Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, bolsista do CNPq, adelaidehpsilva@gmail.com, ORCID 0000-0001-5569-6621.

gramáticas latinas que esses itens ganharam o estatuto de “classe de palavra” (uma *parte do discurso*) autônoma, o que tem se mantido nas gramaticais tradicionais contemporâneas do português.³

Todavia, a despeito de as gramáticas tradicionais definirem a classe das interjeições como aquela que congrega “itens que expressam estados da alma”, listando exemplos como *ai, ufa, oba* etc. – e vários outros vocábulos ou expressões seguidos por um ponto de exclamação (*socorro!, silêncio!*) – há pouquíssimos trabalhos sistemáticos a respeito das propriedades *formais* daquilo que se tenderia a caracterizar como uma interjeição.

Nos estudos linguísticos, as interjeições têm sido ou metodologicamente desconsideradas (talvez por serem tidas como expressões (para)linguísticas de estatuto periférico) ou alocadas em classes genéricas como “marcador discursivo”, caracterizando-as por meio de alguma de suas funções; entretanto, em última instância, essas “classes” nada dizem sobre o que *é* ou que propriedades *constituem* uma interjeição; elas apenas reconhecem que um certo número de expressões linguísticas (muitas vezes, completamente diferentes) pode desempenhar a mesma *função* no discurso.

Em algumas de suas raras menções, as interjeições também aparecem definidas como “vocalizações paralinguísticas”, o que assinala a carência de uma caracterização formal desses itens. Da perspectiva formal ou, pelo menos, do ponto de vista do questionamento da visão tradicional sobre o reconhecimento de uma classe de palavras, há quem considere que esses elementos nem constituem, de fato, uma classe autônoma ou ainda, nas acepções mais radicais, que esses itens são, na verdade, “não palavras”, em virtude do seu caráter dito “fonologicamente anômalo”.

Seja como for, antes de se voltar para os problemas *formais* que essa classe coloca para alguns níveis de análise linguística, convém que se questione se esses itens constituem, de fato, um objeto linguístico legítimo em vez de serem apenas itens paralinguísticos ou vocalizações que revelam “estados da alma” que podem ser, então, tratados como recursos discursivos e não como primitivos da gramática. Dito de outra forma, o primeiro ponto é discutir se, de fato, as interjeições fazem parte do conhecimento linguístico do falante.

³ Gostaríamos de agradecer a um dos pareceristas anônimos pelos valiosos apontamentos e sugestões bem como aos participantes do GT de Morfologia do XI Círculo Linguístico do Sul pela interlocução e pelas questões levantadas, em particular, ao Luiz Carlos Schwindt e à Ana Paula Scher.

A resposta da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT) para essa questão seria obviamente que sim, pois falantes nativos têm intuição sobre as interjeições de sua língua materna e, portanto, sabem avaliar como bem ou malformado um enunciado contendo uma interjeição. Além disso, vale a pena notar que falantes estrangeiros não têm o mesmo domínio das (ou a mesma intuição sobre as) interjeições do PB; estas têm de ser aprendidas da mesma forma que qualquer outro item da língua – e o mesmo raciocínio vale para falantes nativos do PB aprendendo uma língua estrangeira.

Adicionalmente, sendo parte do conhecimento linguístico *stricto sensu* do falante, as interjeições constituem objetos formais que são, de algum modo, acomodados à gramática internalizada e devem estar em plena harmonia com os submódulos do sistema linguísticos (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática); do contrário, qualquer interjeição ou qualquer enunciado contendo uma interjeição seria marginal ou malformado. Todavia, o falante nativo domina com maestria as diferentes propriedades fônicas, as restrições estruturais e os diferentes significados construídos a partir das interjeições.

Assim, a resposta para o questionamento dado é afirmativa em abordagens biopsicologizantes como a GGT, mas também é afirmativa à luz de uma visão estruturalista, pois no sentido saussuriano, as interjeições são signos linguísticos genuínos, uma vez que associam uma *forma* a um *significado*; por exemplo, [‘aj] e [‘uj] exprimem dor e se opõem a [‘o.bv], que expressa alegria, e esta é uma associação compartilhada tacitamente pelos falantes da comunidade.

Da mesma sorte, teorias funcionalistas teriam de responder afirmativamente à questão, já que as interjeições parecem servir como unidade de comunicação suficiente, como exemplificado nas amostras de diálogo em (1) e (2); no segundo grupo de exemplos, a situação ainda é mais clara, pois itens normalmente tratados como interjectivos aparecem como intercambiáveis a “sim” e “não”.

(1) (a) – O que você achou do meu novo corte de cabelo?

– Uau! [‘waw]

(b) – Você trouxe a chave que eu esqueci na sua casa?

– Putz! [‘putz]

(2) A Maria já chegou?

(a) sim / uhum [õ.‘hõ]

(b) não / uhu [õ.ʔo]

Em síntese, independentemente da teorização linguística, as interjeições constituem um problema *empírico*, e o presente artigo consiste em uma tentativa inicial de descrever e formalizar as propriedades dessas expressões e, em seguida, levantar problemas que tais itens colocam, em particular, para a Morfologia e para a Fonologia.

Trabalhos pioneiros como Ameka (1992), Wilkins (1992), Wierzbicka (1992) e, no caso do PB, Basso & Teixeira (2017, 2019), atribuem às interjeições quatro propriedades formais principais, quais sejam: elas (i) expressam estados mentais ou emoções⁴ (critério semântico), (ii) são itens que constituem um enunciado completo (critério sintático), (iii) são itens invariáveis (critério morfológico), (iv) são elementos compostos por fones que, a rigor, não fazem parte do inventário fonológico da língua (critério fonológico).

Diferentes formulações do problema podem levar em conta diferentes critérios, ou ainda mais de um critério, para a caracterização formal das interjeições. Este artigo persegue mais detidamente as propriedades morfológicas e fonológicas desses itens, alvejando, do ponto de vista da Morfologia, questões que versam sobre quais propriedades formais caracterizam a classe de interjeições e como analisar morfológicamente itens como “ai”, “ufa” e “eita” e, ainda, sobre que tipo de relação se estabelece entre usos interjectivos e não interjectivos das ‘mesmas’ expressões linguísticas.

Da perspectiva fonológica, um problema que essa classe coloca tem a ver com a sua constituição fônica, no que tange ao fato de algumas interjeições se constituírem de fones que não pertencem ao inventário fonológico da língua— daí sua caracterização como “anomalias fonológicas” e “vocalizações paralinguísticas”. No entanto, como mostrado a seguir, a “anomalia fonológica” e/ou “fonotática”⁵ das interjeições é, via de regra, aparente, devido à sua representação *ortográfica*; um

⁴ Essa definição semântica é, na verdade, uma supersimplificação das propostas de Ameka (1992), Wilkins (1992) e Wierzbicka (1992), mas os refinamentos e detalhamentos dessas análises não são essenciais para os propósitos do presente trabalho – cf. Basso & Teixeira (2019) para uma tipologia semântica das interjeições, com base nestes e outros autores, aplicada ao PB.

⁵ Cabe esclarecer que a distinção que estabelecemos entre fatos fonológicos e fatos fonotáticos advém da concepção de que fatos fonológicos compreendem acento, estrutura silábica, sequências segmentais licenciadas por princípios como OCP ou escala de sonoridade; fatos fonotáticos, por sua vez, se combinam ao constituírem unidades maiores.

olhar mais atento para a constituição *fônica* desses itens mostra uma regularidade fonológica e fonotática bastante compatível com os demais itens da língua.

Na mesma perspectiva, uma análise mais atenta dessa classe traz à tona uma circularidade conceitual que tem servido de base para o estatuto periférico, mas também para o descarte metodológico, das interjeições, qual seja: “interjeições não são palavras, pois têm sons que não fazem parte da língua” e “interjeições admitem sons que não fazem parte da língua, pois não são palavras”. Além do seu caráter tautológico, essa conclusão é completamente obscurecida pelo fato de que não há uma (boa) definição de palavra, assim como não há uma (boa) definição de som de uma língua – como há muito já observado pela literatura.

Dadas essas considerações, com vistas a abordar estas e outras questões, este artigo está dividido do seguinte modo: em § 2, nós oferecemos uma descrição das interjeições do PB, apresentando suas principais propriedades estruturais e semânticas, visando a uma classificação morfológica. Em § 3, nós discutimos suas propriedades fônicas⁶, visando questionar certas assunções equivocadas a respeito dessa classe, em particular, advindas da ortografia. Por fim, em § 4, nós propomos um primeiro tratamento teórico, dentro do quadro da MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994), para acomodar algumas das propriedades das interjeições.

2 Ixi! Problemas na Morfologia

Como mencionado, parte do desinteresse quantitativo e qualitativo pelas interjeições (ou, pelo menos, por um subconjunto delas) deve ser resultado da observação de que algumas interjeições são compostas apenas por sons vocálicos (daí “*vocalizações* paralinguísticas”) ou por sons que não fazem parte do inventário fonológico da língua (daí “*anomalias* fonológicas”). Adicionalmente, esse tipo de expressão “fonologicamente irregular” tem seu estatuto periférico enfatizado pela observação de que as interjeições normalmente aparecem isoladas, ou seja, são sintaticamente independentes e constituem enunciados completos.

Todavia, para abordar esse problema, é preciso ter claros dois pontos. O

⁶ O termo “fônico” abrange os aspectos fonéticos e fonológicos, baseando-se na premissa de que são indissociáveis – cf., por exemplo, Browman & Goldstein (1992). Como a abordagem dos aspectos sonoros das interjeições se filia epistemologicamente à classe dos modelos dinâmicos de produção da fala, nós utilizamos o termo “fônico” recorrentemente neste artigo.

primeiro é que o reconhecimento de uma “irregularidade fonológica”, às vezes, é fruto de uma “anomalia ortográfica”; nem todos os falantes (ou linguistas), sem hesitação, caracterizariam como palavras os itens sublinhados em (3). O segundo ponto é que, diferentemente das interjeições em (1) e (2), as expressões em (3) estão sintaticamente encaixadas e, inclusive, podem ser identificadas como alguma categoria específica.

(3) (a) Uma reeleição desse candidato seria o ó do borogodó.

[,ɔ.dɔ.bo.ro.go.'dɔ] = sintagma nominal (cf. “[o] fim da picada”)

(b) Eu estou a fim do João, mas ele nem tchum.

['tʃũ] = sintagma verbal (cf. “[nem] deu bola”; “[nem] percebeu”)

(c) Depois que você entregar o dinheiro para ele, é pa pum.

[,pa.'pũ] = sintagma adjetival (cf. “[vai ser] rápido”)

(d) Esse novo namorado do Pedro é uó.

['wɔ] = adjetivo (cf. [é] “péssimo”)

(e) Gostei do seu novo corte de cabelo. Parece que deu um tchan⁷.

['tʃẽ] = nome (cf. “[deu um] *up*”, “[deu uma] *melhorada*”)

(f) Só escovar os dentes, e estou pronto. É vapt-vupt.

[,va.pi.tʃi.'vu.pi.tʃi] = adjetivo (cf. “[é] rápido”)

(g) Se pa⁸, a Maria nem vem à aula hoje.

[,si.'pa] = sintagma sentencial (cf. “[se] bobear”)

À luz da observação dos itens sublinhados em (3), bastante naturais e recorrentes no PB, a conclusão de que as interjeições são itens marginais – ou “não palavras”⁹ – em razão de uma aparente anomalia (na verdade, ortográfica) ou de uma independência sintática fica comprometida, sobretudo porque esses itens,

⁷ Além disso, vale observar que, em uma música que se tornou popular nos anos 1990, a forma *tchan* ocorre, igualmente, na posição de núcleo nominal: “segura o *tchan*”.

⁸ Embora em menor recorrência, a partícula “pa” aparece em outra expressão vernácula de alguns socioletos do PB, a saber, *pode pa* [,pɔ.dʒi.'pa]. Como a discussão desse exemplo não é essencial para os nossos propósitos, nós vamos apenas mencioná-lo e sugerir que seja qual for a categoria de “pa” em “pode pa”, trata-se da mesma em “se pa”: uma sentença (= proposição) contendo um verbo no infinitivo. Alguns falantes consultados, que têm essa expressão em seu idioleto, sugeriram que “pode pa” é um equivalente semântico-discursivo a “pode crer”.

⁹ Outra observação interessante é que, no começo dos anos 2000, um programa de televisão lançou um desafio a respeito de qual seria a maior frase [do PB] possível de ser formada apenas com vogais. A frase vencedora foi “oh o auê aí, oh” [,ɔw.aw.'e.a.i.'ɔ]. Isso mostra que os falantes não parecem considerar marginais (= não linguísticas) expressões compostas apenas por vogais.

diferentemente das interjeições em (1) e (2), aparecem em encaixamentos sintáticos relativamente bem definidos, e claramente admitem uma categoria (seja morfológica, como “adjetivo”, seja sintática, como “AP”).

Tendo mostrado que fazer ou não encaixamento sintático é apenas uma propriedade de uma certa classe e não um fato para desconsiderá-la como “palavra”, convém olhar mais de perto para a constituição fônica das interjeições do ponto de vista *morfológico*, para verificar se há razões empíricas para atribuir um estatuto morfológico ‘não periférico’ a itens como *ui, ufa, eita, eca* etc.

Obviamente há, e o caso mais claro são as onomatopeias e as palavras ditas “imitativas” (cf. LYONS, 1981). Onomatopeias são, *grosso modo*, elementos que visam a uma reprodução aproximada de sons externos ou “naturais”, apreendidas pelo filtro perceptual subjacente à língua materna do falante. No PB, esse é o caso de *au-au, miau, piu-piu* etc. (para sons de animais) e de *toc-toc, trim-trim, blim-blom* etc. (para sons “externos”), como batida na porta, toque do telefone e toque da campainha respectivamente.

Assim como no caso das interjeições e das expressões em (3), nem todo falante (ou linguista) classificaria, sem hesitar, “au-au” ou “tic-toc” como uma palavra. No entanto, há uma série de exemplos que se constituem tanto daquilo que se chama de “palavras imitativas” quanto do que se poderia chamar de “raízes onomatopaicas”, mostradas em (4). Tais exemplos mostram que, pelo menos, em algum momento, as onomatopeias foram concebidas pela gramática como primitivos morfológicos, tanto quanto quaisquer outros. Exemplos em (5).

(4) (a) **Verbos:** miar, ronronar, coaxar, piar, tilintar

(b) **Nomes:** miado, tique-taque

(c) **Palavras imitativas:** chiar/chiado, sibilante, ruído, líquido, engolir

(5) (a) O *tique-taque* do relógio desconcentrou a Maria.

(b) Frodo *ronrona* no colo da Débora quando recebe carinho.

(c) O *miado* da Calye acordou os vizinhos.

(d) O *tilintar* dos cálices marcou o início da cerimônia.

Outra observação de caráter morfológico que endossa o estatuto vocabular dessa classe é a de que se podem criar novas interjeições; ou seja, assim como verbos, adjetivos, advérbios e nomes, as interjeições compõem uma *classe lexical*

aberta (cf., por exemplo, *eita* e *aff*). Diante dessas considerações, há motivação empírica suficiente para classificar as interjeições como itens linguísticos não periféricos e, em vista disso, identificar suas propriedades formais.

Seguindo Ameka (1992), podem-se distribuir as interjeições em dois grupos, a saber, INTERJEIÇÕES PRIMÁRIAS, que são itens unicamente interjectivos e que funcionam como enunciados autônomos, e INTERJEIÇÕES SECUNDÁRIAS, que são itens ou expressões que pertencem a outras classes de palavras, mas que podem atuar como interjeições. A respeito do que nós, seguindo Ameka (1992), estamos considerando interjeições primárias, Wilkins (1992, p. 124), com base em critérios unicamente estruturais, nota que essas interjeições são

[...] uma forma lexical usual que constitui (convencionalmente) um enunciado autônomo; (tipicamente) não ocorrem em construções com outras palavras; são (geralmente) monomorfêmicas e (normalmente) não alocam morfemas derivacionais ou flexionais.

Exemplos em (6).

(6) CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA

(a) Interjeições primárias

| | | | |
|-------|---------------------|------|---------------------|
| aff | ['af] ou ['a.fi] | ixi | ['i:] ou ['i:.fi] |
| ah | ['a:] | oba | ['o.bə] |
| ai | ['aj] | oh | ['ɔ:] |
| aha | ['a.ʔə] | oi? | ['oj [↑]] |
| aham | [ə.'hə] | oin | [ɔ̃:] |
| ba | ['ba] | opa | ['o.pə] |
| eba | ['e.bə] | oxe | [o:] ou ['o.fi] |
| eca | ['ɛ:.kə] | psiu | ['psiw] ou [pɪ'siw] |
| ei | ['ej] | putz | ['putʂ] |
| eita | ['ej.tə] | shiu | ['ʃiw] |
| huh | [u.'hu:] | uai | ['waj] |
| hein? | ['ɛ̃ [↑]] | ué | ['wɛ] |
| hum | ['ɔ:m] | ufa | ['u.fə] |
| iii | ['i:] ou ['i] | upa | ['u.pə] |

| | | | |
|------|---------|----------|--------------------|
| uhu | [õ.'ʔu] | ui | ['uj] |
| uhum | [õ.'ʔõ] | vixe | ['viʃ] ou ['vi.ʃi] |
| uhum | [õ.'hõ] | 'clique' | [!!] |

(b) Interjeições secundárias

| | |
|---------|----------------------|
| alto lá | deu |
| basta | meu Deus |
| bravo | minha nossa |
| chega | nem que a vaca tussa |
| credo | tomara |
| cruzes | viva |

A classificação apresentada em (6)¹⁰ é uma proposta de sistematização *morfológica* dos exemplos; outras classificações, com base em outros critérios, também são possíveis – cf. (13). Seja como for, qualquer tratamento morfológico, sintático e/ou semântico das interjeições deve levar em conta o fato de que elementos distintos do ponto de vista morfofonológico podem veicular o mesmo tipo de significado – cf. Basso & Teixeira (2019) para detalhes.

À luz dessa classificação, cumpre observar mais detidamente algumas propriedades estruturais particulares da classe das interjeições. A primeira delas tem a ver com a impossibilidade (comum), visto na definição de Wilkins (1992), de se anexarem morfemas flexionais ou derivacionais às interjeições primárias. Porém, o PB parece apresentar casos em que interjeições primárias estão na base de certas derivações morfológicas, como composição em (7a) e derivação em (7b). Um exemplo comum do inglês é dado em (8).

(7) (a) ‘Tá achando que isso aqui é um oba-oba?’

(b) Passei aqui só para dar um oizinho / tchauzinho.

¹⁰ Basso & Teixeira (2019, p. 22), igualmente assumindo a proposta de Ameka (1992), classificam “caramba” “pois sim/não”, “tomara”, “puxa” e “bravo” como interjeições primárias, sob a justificativa de que os usos interjectivos desses itens não se relacionam semanticamente aos seus usos não interjectivos – algo assumido também por Wierzbicka (1992). Contudo, pelas razões apresentadas em § 4, essa não correspondência de sentido não configura um problema para a nossa análise; portanto, nós vamos assumir que essas expressões são interjeições secundárias tanto quanto as outras em (6b).

(8) – Hey Peter, how are you?

– Please, don't hey me.

(= “não venha com oi”)

A partir de (7) e (8), o que deve ficar claro é que, em última instância, esses dados mostram não que as interjeições primárias admitem afixos (pois nesses casos, não há usos interjectivos), mas sim que talvez a constituição formal de algumas interjeições primárias esteja sendo analisada como uma raiz, assim como no caso de algumas onomatopeias (cf. (5)) e, como tais, podem estar na base na criação de outros vocábulos.

Do ponto de vista sintático, parece haver um consenso sobre as interjeições no que tange a elas poderem constituir um enunciado completo e também não admitirem encaixamento sintático; ou seja, interjeições não requerem argumentos, tampouco admitem adjuntos. Portanto, as interjeições vão aparecer normalmente isoladas do ponto de vista da sintaxe (e da prosódia). Nesse sentido, uma das características dessa classe, como notado por Basso & Teixeira (2017), é a da não reportabilidade: interjeições não podem aparecer em discurso indireto. Exemplos em (9).

(9) (a) *Maria falou que tomara que chova.

(b) *O professor disse que ufa que conseguiu mais prazo.

De uma perspectiva semântica, nós nos alinhamos a Basso & Teixeira (2017, 2019) e defendemos que algumas interjeições pertencem ao conjunto de itens EXPRESSIVOS da língua. Como tais, elas não podem ser avaliadas por suas condições de verdade e, adicionalmente, remetem a significados que estão direta ou exclusivamente ligados ao falante – daí serem itens que expressam uma emoção ou um estado mental¹¹.

Por essa razão, interjeições também são *semanticamente* independentes,

¹¹ Porém, diferentemente de Ameka (1992) e Basso & Teixeira (2017), que dissociam as interjeições das chamadas “rotinas linguísticas” (expressões ou fórmulas usadas (semi)automaticamente em situações comunicativas específicas), tais como saudações *oi*, *tchau*, *até logo*, *até mais*, nós classificamos esses casos como exemplos de *interjeições conativas* – cf. (13). De todo modo, juntamente com esses autores, nós dissociamos da classe de interjeições expressões empregadas em rituais de polidez, como *obrigado*, *de nada*, *por favor*, *com licença*.

isto é, o conteúdo expressivo de uma interjeição pode ser alterado sem que haja alteração do conteúdo descritivo da sentença. Como pode ser visto em (10), diferentes interjeições podem ser associadas à mesma proposição, a depender da emoção ou do estado mental que o falante expressa acerca do conteúdo da proposição expressa na sentença ou descrita por ela.

- (10) (a) Oba! O prefeito foi reeleito.
- (b) Putz! O prefeito foi reeleito.
- (c) Ufa! O prefeito foi reeleito.

Outra propriedade das interjeições expressivas é a sua infabilidade descritiva; ou seja, o conteúdo de uma interjeição não pode ser parafraseado, como pode ser visto em (11).

- (11) (a) Maria disse: “hein?”.
- (a’) #Maria disse que não entendeu.
- (b) Pedro disse: “ufa!”.
- (b’) #Pedro disse que está aliviado.

Por fim, uma outra característica semântica dos itens expressivos, presente em algumas interjeições, é que, ao proferi-los, o falante se compromete com o seu uso expressivo e não pode contradizer ou cancelar a leitura que esse item dispara, como pode ser visto em (12).

- (12)(a) ??Oba! Hoje eu estou muito triste!
- (b) ??Ufa! Estou mais apreensivo do que nunca!
- (c) ??Eca! Que coisa mais deliciosa!

Pondo de lado essas propriedades, de uma perspectiva pragmática – ou à luz de uma distribuição semântico-discursiva – nós vamos propor, inspirando-nos em Ameka (1992), que algumas interjeições são INTERJEIÇÕES EXPRESSIVAS, como as recém-discutidas, mas outras são INTERJEIÇÕES CONATIVAS, como pode ser visto em (13).

(13) CLASSIFICAÇÃO PRAGMÁTICA

(a) **Interjeições expressivas**

| | | | | | | |
|-----|------|------|-----|--------|----------------------|-------------|
| aff | eca | oin | uai | vixe | porra | meu Deus |
| ai | eita | oxe | ué | credo | tomara | minha nossa |
| ba | ixi | opa | ufa | cruzes | nem fodendo | |
| eba | oba | putz | ui | Jesus | nem que a vaca tussa | |

(b) **Interjeições conativas**

| | | | |
|---------|------|-------|----------|
| alto lá | viva | hein? | pspspsps |
| basta | ah | hum | uhum |
| chega | aha | oi? | uhun |
| deu | hã? | psiu | ‘clique’ |

A classificação em (13) difere de (6) no sentido de que, nesta, não há uma distinção morfológica (ou morfofonológica) dos exemplos, pois cada um dos grupos contém tanto interjeições primárias quanto secundárias. A divisão, nesse caso, se vale do que poderia ser rudimentarmente descrito como itens que expressam emoções e estados mentais do falante em (13a) – daí “expressivos” – e itens que alvejam diretamente o interlocutor em (13b) – daí serem “conativos”. Dito de outro modo, é possível dividir as interjeições entre aquelas que servem de expressão linguística para emoções e estados mentais, independentemente de haver um interlocutor, e aquelas que exprimem algum tipo de emoção ou estado mental que alveja diretamente um interlocutor.

As interjeições expressivas podem ser semanticamente subclassificadas em itens que expressam surpresa, alívio, dor etc., assim como as interjeições conativas podem ser subclassificadas em expressões fáticas, de chamamento, de dúvida etc. Não é objetivo deste estudo discutir essas classificações adicionais, mas é importante mostrar que essa é uma diferença significativa caracterizadora dessa classe – cf. Basso & Teixeira (2017) para uma proposta de classificação; as Gramáticas Tradicionais também apresentam classificações dessa natureza.

Em síntese, tendo em vista esse conjunto de propriedades morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas, a questão que se coloca, então, é que tipo de tratamento morfológico é capaz de acomodar esses diferentes fatos. Em § 4, nós retomamos essa discussão à luz de uma implementação teórica mais detalhada. Antes disso, convém discutir as propriedades fônicas das interjeições (primárias) bem como os problemas para a Fonologia que delas emergem.

3 Eita! Problemas na Fonologia

Como mencionado na introdução, o presente estudo toca em um problema descritivo e teórico que a classe das interjeições coloca para a Morfologia e a Fonologia. Para esta última disciplina particularmente, o problema incide sobre a constituição fônica e sobre a observação comum de que algumas interjeições exibiriam sons não pertencentes ao inventário sonoro do PB ou que algumas sequências violariam a fonotaxe da língua, o que tornaria algumas interjeições “anômalas” do ponto de vista fônico. Nesse cenário, nosso foco está detido, então, nas interjeições primárias, exemplificadas em (6a).

Um olhar mais atento para os dados revela que as interjeições respeitam a estrutura silábica e acentual do PB, além da estrutura fonotática da língua; por exemplo, parece claro que uma interjeição como *eita* obedece aos padrões silábicos, fonotáticos e acentuais do PB; é constituída de um padrão silábico VC-CV, é paroxítona, e exibe uma sequência de unidades licenciada na língua. Sem dúvida, não é anômala sob o ponto de vista fonológico. Há que se observar, inclusive, que *eita* segue um padrão de número de sílabas e acentual com alta frequência de ocorrência no PB – cf. Cantoni (2009).

Segue pelo mesmo caminho a maioria dos exemplos em (6a) como *aff*, *eba*, *eca*, *ixi*, *oba*, *oxe*, *opa*, *upa*, *ufa* e *vixe*, da mesma sorte que as interjeições compostas por ditongos (*ai*, *ei*, *oi?*, *shiu*, *ué*, *ui*), *tritongos* (*uai*) e monossílabos (*ah*, *oh*, *ba*, *iii*). A respeito dos monossílabos vale notar ainda que, por exemplo, *oh* é constituída exclusivamente pela vogal posterior meio-aberta arredondada; o <h> é apenas um recurso ortográfico para marcar a abertura da vogal, assim como em *iii*, formada por apenas uma vogal, mas em cujo caso, a repetição dos grafemas é claramente uma estratégia empregada para sinalizar graficamente o

alongamento da vogal – um recurso utilizado em outros contextos no PB, como em *siiiiim* e *jamaaaais*, mas com a mesma finalidade de intensificação.¹²

Para além da repetição do grafema, o alongamento da vogal também pode ser grafado recorrendo-se à repetição da letra <h>, como em “ahhh”. E este é, particularmente, um bom exemplo do fato de que, embora a forma escrita registre uma sequência aparentemente inexistente, as formas sonoras existem, e as formas ortográficas refletem tão somente estratégias variadas que os usuários da língua empregam na escrita para registrar um mesmo fato fônico.¹³

Assim como as interjeições, expressões assemelhadas a elas, como *vapt-vupt* podem, igualmente, ser inseridas no rol dos exemplos em que a forma ortográfica exhibe maior opacidade em relação à forma oralizada. Pronunciado aproximadamente como [,va.pi.tʃi. 'vu.pi.tʃi], essa expressão pode conter vogais não anotadas na forma escrita, mas que, do ponto de vista fonológico, nada tem de anômalo.

Assim, não apenas não há qualquer violação da estrutura silábico-acental do PB nesses casos como também esses mesmos casos podem ser concebidos como palavras fonológicas. Apesar de esse conceito ser largamente utilizado na literatura, julgamos pertinente oferecer uma definição possível para ele. Bisol (2004) define “palavra fonológica” como o constituinte mais baixo na hierarquia prosódica, que promove interação entre fonologia e morfologia.

Sob esse aspecto, cabe mencionar adicionalmente que a palavra fonológica (i) se compõe de unidades menores, como pés métricos e sílabas; (ii) se relaciona não ao sentido, mas ao ritmo, na medida em que se constitui de pés métricos, estabelecidos sobre sequências de sílabas fortes e fracas ou fracas e fortes; (iii) não exhibe isomorfia relativamente a um item lexical (= palavra).

¹² Outra estratégia interessante para registrar a intensificação é a repetição das sílabas, como pode ser visto em *nãñninanã*.

¹³ Há alguns anos, em Curitiba, havia uma loja de bebidas cujo nome, *A Kaxassa*, se valia claramente de uma correspondência opaca entre forma oralizada e sua grafia. No caso específico das interjeições, considerando-se que muitas delas são desprovidas de um significado lexical ou gramatical imediatamente óbvio, a maneira de grafar uma mesma interjeição pode variar – como em “ba”/“bah”, “oh”/“ó” etc. O fato de que não há uma correspondência biunívoca entre grafemas e sons da fala é largamente conhecido.

Nessa perspectiva, uma interjeição como *vixe maria* exibe acento principal à direita e, mais à esquerda, uma sílaba proeminente que se pode interpretar como uma sílaba que carrega acento secundário. Ainda seguindo Bisol (2004), mas analisando esse caso de acordo com a proposta de GRUPO DE FORÇA de Camara Jr. (1970), temos (14).

(14) vi xe ma ri a
2 1 1 3 0

Nesse caso, ao atribuir índices de acento, Camara Jr. (1970) estabelece uma gradação relacionada à saliência perceptual de cada sílaba, de modo que a sílaba mais proeminente carrega o índice mais alto de acento. Como consequência, o índice 3 marca acento primário, enquanto 2, um pouco menos saliente, marca o acento secundário. Os índices 1 e 0 são atribuídos a sílabas átonas, sendo zero característico de sílaba átona final. A unidade acentual, por sua vez, exibe estruturas silábicas bem formadas e sequências sonoras licenciadas pela fonotaxe do PB. Consideradas essas observações, pode-se caracterizar uma “interjeição”, a exemplo dessa, como uma palavra fonológica.

Considerando a palavra fonológica como um construto que se assenta sobre padrões rítmicos, sem qualquer carga semântica, e considerando que *palavra fonológica* é uma definição possível para um fato que não se define estritamente dentro da Morfologia, pode-se argumentar, por esse critério, que todas as interjeições em (6a) são palavras fonológicas no PB, ainda que não tenham um significado lexical ou gramatical claramente definido. Vale notar ainda que o estatuto “independente” das interjeições do ponto de vista sintático também aparece refletido no seu estatuto fonológico/prosódico, ou seja, espera-se que um enunciado completo do ponto de vista da sintaxe constitua uma unidade prosódica relevante (cf. BISOL, 2004).

Ainda sobre os exemplos em (6a), as interjeições *hein?*, *oin* e *hã?* exibem um ditongo nasalizado nos dois primeiros casos e uma vogal central nasal no segundo; trate-se de sequências igualmente possíveis em alguns dialetos do PB, como o dialeto paulista (DEMASI, 2010). Outra sequência possível e recorrente no PB é aquela que aparece no ataque silábico da interjeição gaúcha *tchê*, bem

como em *tchau*, (*nem*) *tchum* e *tchan*, mas também em *tchutchuca*, *tcheco* (e derivados) e *Cello* (o instrumento musical), isto é, expressões que iniciam com [tʃ] – sequência que, a despeito da ortografia, contém uma africada alveopalatal desvozeada, como na pronúncia padrão de *tia* [ˈtʃja] etc.

A respeito de casos como *psipsipsi* (chamamento de gato) e *psiu*, mas também *putz* e *aff* (em uma de suas realizações) ainda que, à primeira vista, exibam uma aparente fuga a padrões fonotáticos do PB (pois apresentariam sequências consonantais estranhas à língua, como <ps> e <tz> ou consoante final não seguida por vogal <ff>), estudos como Dubiela (2016) revelam, à luz da análise acústica da vogal frontal átona final na fala de indivíduos naturais de Curitiba, que é perfeitamente possível a produção de sequências nas quais a vogal átona final é apagada, resultando em sequências terminadas em consoante, o que mostra que essas interjeições não refletem um padrão sonoro inexistente no PB.

Cumpramos observar ainda que "psipsipsi" e "psiu" seguem uma ortografia semelhante a "psicologia", no que diz respeito à sequência inicial <psi>; nesses casos, pode ser produzida foneticamente uma vogal epentética, cuja duração pode variar. Além disso, a sequência <tz> em "putz" é realizada possivelmente da mesma forma que <zz> na palavra "pizza" (e "pizzaiolo" etc.), mostrando que não se trata de um padrão estranho a um falante de PB.

Outro exemplo que igualmente ilustra uma correspondência opaca entre ortografia e estrutura fônica é *uhum*, que claramente não segue as normas ortográficas da língua portuguesa, afinal, a letra <h> ocorre apenas em dígrafos <nh>, <lh>, ou no início de palavras, precedendo grafemas vocálicos. Por outro lado, se consideramos que <h> representa a fricativa glotal presente no meio da sequência fônica constitutiva da interjeição, podemos afirmar, com segurança, que não há um som anômalo nesse exemplo, e <h> seria uma outra grafia possível para uma variante de /r/ que podemos encontrar, em posição intervocálica, em dados como "carro": [o.'hõ] e [ˈka.hõ]. Além disso, pode-se observar um par mínimo entre *uhum* [õ.'hõ] (afirmação) e *uhum* [õ.'ʔõ] (negação), sendo que no segundo caso o <h> representa uma oclusiva glotal – com o mesmo raciocínio de aplicando a *aham*.

No que concerne à qualidade da vogal presente nessas interjeições, pode-se considerar que há nelas uma única vogal a cuja produção se sobrepõe uma

fricativa/oclusiva glotal, e a interjeição *uhum* perceptualmente se diferencia de *uhu*. Nesta última, há igualmente uma única vogal (posterior alta arredondada), cuja produção é entrecortada pela realização de uma consoante fricativa glotal; aparentemente, podem-se produzir os sons semelhantes à vogal com a boca fechada, como em um murmúrio nasal apenas, e esse evento é entrecortado pela fricativa glotal.

Se essa análise estiver na direção correta, faz-se necessário explicar o que acontece nessa sequência, já que modelos tradicionais de análise fonológica exigiriam admitir que, nesse caso, há uma sequência que, de fato, violaria a fonotaxe do PB. Uma possibilidade seria recorrer a uma outra abordagem epistemológica, como modelos dinâmicos de produção da fala, a exemplo da FONOLOGIA ACÚSTICO-ARTICULATÓRIA.¹⁴

Ao proceder a uma análise à luz da Fonologia Acústico-Articulatória, nós propomos que sejam acionados um gesto articulatório na região acústico-articulatória glotal e um gesto articulatório na região acústico-articulatória vélica. Propomos ainda que os gestos se coordenem de modo que o gesto da região acústico-articulatória glotal se inicie depois do início do gesto da região acústico-articulatória vélica e termine antes dele, sobrepondo-se temporalmente a ele.

Nesta análise, tomamos o gesto articulatório como unidade de análise, tal como proposto por Browman & Goldstein (1992) e adotado por Albano (2001); não se trata de assumir FONEMA ou TRAÇO DISTINTIVO como unidade de análise. Assim sendo, assumimos, como decorrência, que movimentos dos articuladores do trato vocal são internalizados em razão da fixação de padrões repetidos de movimentos e que o fato articulatório produz um resultado acústico, ao qual se associa intimamente. A consequência dessa abordagem é a assunção de que os falantes de uma língua produzem movimentos vários e variados dos articuladores

¹⁴ A Fonologia Acústico-Articulatória (ALBANO, 2001) tem forte inspiração na Fonologia Articulatória (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992): ambos são modelos dinâmicos de produção da fala e assumem uma unidade de análise que é, ao mesmo tempo, discreta e numérica: o gesto articulatório. *Grosso modo*, a diferença principal entre os modelos é que a Fonologia Acústico-Articulatória introduz informação acústica à constituição do gesto articulatório. Cabe esclarecer que as considerações deste estudo sobre estrutura silábico-acentuais seguem modelos de inspiração gerativa, pois modelos dinâmicos ainda não dão conta de abordar o nível prosódico das línguas e se voltam especialmente ao nível segmental.

do trato vocal e que, para produzirem unidades de sua língua, precisam fixar padrões de movimentos coordenados no tempo.

À luz desse tratamento, não cabe, portanto, dizer que não existe no PB uma sequência constituída de murmúrio nasal e produção de fricativa glotal. A questão que se coloca não é de ordem fônica, portanto, mas de ordem morfológica: podemos dizer que a sequência constituída de murmúrio nasal e fricativa glotal é uma palavra do PB? Obviamente a resposta depende de se conseguir chegar a uma definição de *palavra*.

Essa abordagem tem uma outra vantagem sobre tratamentos à luz de modelos fonético-fonológicos tradicionais: eles partem do princípio de que sons da língua são aqueles que constituem unidades maiores em uma língua, como as palavras.¹⁵

Ao oferecerem uma definição como essa (cf. LADEFOGED; MADDIESON, 1996), os modelos não resolvem o problema; simplesmente o deslocam para outro nível: o morfológico neste caso particular, que também não oferece uma definição para o que seja *palavra*; ao menos, não uma definição morfológica. Há, portanto, um óbvio problema tautológico se adotamos uma abordagem baseada em modelos tradicionais de análise fonético-fonológica: sons de uma língua são aqueles que constituem palavras nessa língua; palavras, por seu turno, se constituem de unidades menores: os sons de uma língua.

Uma abordagem semelhante pode ser proposta para a interjeição transcrita como o clique alveolar [!], empregada para expressar desaprovação ou também para proferir um tipo de chamamento felino. Os cliques são sons com presença restrita no português e podem ocorrer, além deste caso, em onomatopéias, como as que imitam o trote de um cavalo. Ao se considerar que os cliques têm valor expressivo, ao ponto de se identificar uma desaprovação, como no caso da interjeição [!], pode-se argumentar que esse som constitui uma unidade de sentido e, conseqüentemente, por uma definição "tradicional", seria um som da língua, ainda que de ocorrência restrita.

¹⁵ Neste ponto, voltamos a uma questão posta de início: o que são sons de uma língua, afinal? A relevância deste questionamento, cabe lembrar, está no fato de que um dos argumentos para se afirmar a "anomalia fonológica" das interjeições é o de que elas não seriam constituídas de sons da língua em que ocorrem. Logo, é claramente necessário responder – ou tentar responder – a esta pergunta.

Por uma análise à luz da Fonologia Acústico-Articulatória, os cliques se constituiriam de um gesto articulatório balístico da região acústico-articulatória coronal, com descritor “fechado”, e outro gesto, produzido na mesma região, mas recebendo descritor "crítico", isto é, que requer uma constrição severa do trato vocal, cujo resultado acústico é ruído.

Com base nessas considerações, é evidente que, sob o ponto de vista de uma análise fônica, as interjeições nada têm de anômalas. Ao contrário, essa afirmação se baseia na sobreposição da forma ortográfica sobre uma análise do nível sonoro. Deve ficar clara, também, a impossibilidade de se afirmar que as interjeições não são constituídas por sons da língua, em razão de um vício tautológico na própria definição sobre o que sejam sons de uma língua.

4 Ufa! À guisa de uma análise

Como já comentado, as interjeições são a classe de palavras referida pela tradição gramatical menos estudada. Sob uma perspectiva formal, para além de alguns trabalhos pioneiros em Semântica e Pragmática já mencionados, muito pouco se sabe sobre as interjeições no que tange a uma análise morfológica mais aprofundada. A esse respeito, vale lembrar que assumir que existe no léxico uma categoria INTERJEIÇÃO e que tal categoria reúne uma série de itens “interjectivos” listados como tais não configura uma *análise*; o conhecimento linguístico de um falante nativo é muito mais do que uma lista de palavras.

Adicionalmente, como mostrado em § 2, existem generalizações empíricas importantes que subjazem a essa classe, que seriam perdidas se as interjeições fossem tidas como uma pequena lista de itens isolados “malcomportados”, que estariam “lexicalizados”. Assim, a presente seção consiste em uma tentativa de implementar teoricamente algumas das propriedades das interjeições e, para tanto, nós vamos assumir o modelo da MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA (MD) (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994).

Uma das propriedades centrais dessa teoria é que não há divisão entre formação de palavras e formação de sentenças; todas as estruturas da língua são geradas pelos mesmos mecanismos sintáticos. Além disso, as categorias dos itens

lexicais não são primitivos, mas são o resultado da concatenação de uma raiz (ou estrutura) a um categorizador – um núcleo funcional da sintaxe.

Essas assunções básicas são capazes de acomodar alguns comportamentos gerais das interjeições. Em primeiro lugar, como mostrado, aquilo que se chama de “interjeição” pode ser tanto de um “grupo exclusivo” unicamente interjectivo, como *ai*, *ui*, *ufa* etc. quanto de outras classes de palavras, tais como *nossa*, *meu*, *cruzes*, *credo* etc. Além disso, como se mostrou, “sim” e “não” também têm seus correlatos “interjectivos”, [õ.'hõ] e [õ.'?õ] respectivamente. Com base nisso, nós postulamos a existência de um categorizador interjectivo *i*^o (que projeta um *iP*), que vai ser responsável por atribuir à raiz/estrutura algumas das propriedades formais observadas nas interjeições.

Chomsky (1995) observa que todos os itens lexicais deveriam ser capazes de sofrer a operação de concatenação, *exceto as interjeições* (grifo nosso), então nós propomos que o núcleo *i*^o, uma vez concatenado à raiz/estrutura, impede que outras concatenações ocorram. Isso dá conta de capturar o fato de que as interjeições primárias são todas sintaticamente independentes e não se sujeitam à reportabilidade, como já mostrado. Assim, se esta hipótese estiver na direção correta, é preciso explicar por que algumas interjeições secundárias admitem complemento como em (15) e (16).

(15)(a) *nem que a vaca tussa!*

(b) *nem fodendo, puta-que-o-pariu, vai tomar no cu...*

(c) *minha nossa, virgem Maria, meu Deus, Deus me/o livre...*

(16)(a) – *O João vai ser o campeão este ano.*

– *Tomara!*

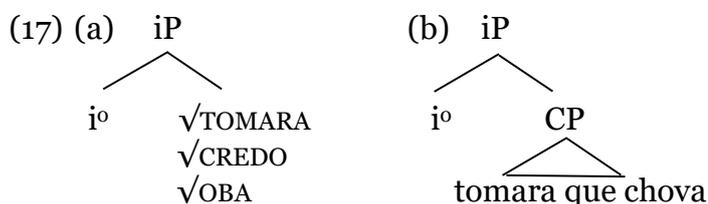
(b) *Tomara que o João seja o campeão este ano.*

(c) *A Maria comprou um tomara-que-caia novo ontem.*

Em (15), há casos de interjeições secundárias que evidentemente sofrem algum tipo de concatenação: em (15a), há uma expressão de indignação, a qual – vale notar – não constitui um caso de expressão idiomática do mesmo tipo de *a vaca foi para o brejo* ou *mão de vaca*, pois nestes dois exemplos, o significado é não composicional (i.e., idiomático); porém, em *nem que a vaca tussa*, não se

tem uma leitura *não composicional*, talvez metafórica, mas o que o falante quer dizer é que algo não vai acontecer *nem que a vaca tussa*, e a força da expressão se estabelece justamente por que vacas não tosem (logo, a leitura é composicional). Em (15b), há exemplos de palavrões e expressões chulas, com um papel interjectivo e, em (15c), há expressões de origem religiosa – algumas, provavelmente derivadas de vocativos.

Em (16), há casos particularmente interessantes com *tomara*, pois esta é uma interjeição que pode figurar isolada sintaticamente em (16a), como no caso geral para as interjeições, mas também pode aparecer como introdutor de uma oração encaixada (no subjuntivo) em (16b) e, ainda, no nome composto de uma peça do vestuário feminino em (16c). Para acomodar esses diferentes fatos, nós vamos propor que, no caso geral, i^0 é o único categorizador da estrutura, como ilustrado em (17a), mas que em casos como (15a-c) e (16b), i^0 se concatena em uma estrutura já formada, ou seja, que já sofreu outras concatenações antes de dele – uma manobra totalmente compatível com modelos derivacionais, como a MD – como aparece em (17b).¹⁶



Essa proposta de estrutura, ainda que embrionária, dá conta de capturar generalizações importantes, a saber, (i) interjeições primárias são apenas raízes concatenadas a i^0 e, por isso, são independentes sintaticamente; (ii) a leitura interjectiva associada ao núcleo i^0 pode aparecer não só em raízes, mas também em palavras, sintagmas e até sentenças; portanto, a concatenação de i^0 pode se dar em diferentes momentos da derivação.

¹⁶ Embora, por questão de simplicidade, nós estejamos analisando como raiz a “palavra inteira”, seria bastante plausível admitir que os segmentos átonos finais são, na verdade, vogais temáticas – que é justamente o caso para a estrutura morfológica da maioria das outras classes lexicais como nomes e, como algumas ressalvas, adjetivos, verbos e advérbios.

De uma perspectiva morfológica, esse tratamento *à la MD* também fornece meios de acomodar fatos importantes. Primeiramente, desassociar a semântica de uma interjeição da estrutura de uma interjeição torna possível que palavras que normalmente aparecem em outras categorias lexicais sejam usadas como interjeições; este é o caso (por definição) das interjeições secundárias, em (6b), as quais podem conter raízes ou palavras que nada tem a ver com o conteúdo expressivo (ou conativo) de uma interjeição.

O contrário também é verdadeiro: itens que normalmente estão associados à classe interjectiva podem aparecer em outras categorias lexicais/gramaticais, como é o caso de *tomara-que-caia* (nome) em (16c), *oba-oba* (nome) em (7a), *oizinho/tchauzinho* (nome) em (7b), *uhum* ('sim') em (2a) e *uhu* ('não') em (2b). Portanto, a MD tem ferramentas apropriadas para lidar com essa transparência derivacional, de um lado, e dinamicidade derivacional, de outro.

Além disso, uma vez que estamos associando a semântica interjectiva a *i*^o, não é necessário haver um comprometimento semântico entre o significado de uma raiz/palavra em uma interjeição e o significado dessa mesma raiz/palavra em um contexto não interjectivo, pois a nossa hipótese é a de que aquilo que nós chamamos de “interjeição” é um objeto construído sintaticamente – cf. nota 10.

Naturalmente, a postulação de raízes como \sqrt{AI} , \sqrt{EITA} e \sqrt{OXE} para derivar “ai”, “eita” e “oxe” pode não convencer a todos. Seja como for, nosso primeiro passo está baseado na observação de que \sqrt{RONRON} , \sqrt{MI} , \sqrt{CHI} etc. devem ser raízes; do contrário, não seria possível a derivação de palavras como *ronronar miar/miado*, *chiar/chiado* etc. Logo, o alvo do questionamento não deve recair sobre uma análise que defende que esses itens devem ser raízes, mas sim sobre por que certos sons “externos” como onomatopeias ou certas “vocalizações” se tornam objetos linguísticos. Uma vez que estes se tornam objetos linguísticos “legítimos”, o modo de implementá-los em um modelo formal de gramática (por exemplo, como raízes ou itens lexicais idiossincráticos) torna-se secundário.

5 Hum! Considerações finais e problemas em aberto

Este artigo discutiu propriedades fônicas, estruturais e de significado que subjazem à classe das interjeições. Primeiramente, mostrou-se que se trata de

objetos linguísticos genuínos (e não de “vocalizações paralinguísticas”) e que os itens interjectivos exibem um certo comportamento, diferente de outras classes, mas ainda assim, sistemático e passível de generalizações.

Na sequência, discutiram-se as propriedades fônicas das interjeições (primárias), e mostrou-se que muitas das “anomalias fonológicas” associadas às interjeições são, na verdade, observações advindas de uma reflexão sobre a ortografia e não sobre sua composição sonora, pois no caso desta, na maioria dos exemplos, não há violações fonotáticas ou casos de sons que não aparecem em outros contextos da língua. Seja como for, para os casos particulares, advogou-se em favor de um modelo dinâmico de produção de fala que toma o gesto como primitivo de análise (em vez de fonema ou traço distintivo), não apenas para dar conta dos dados, mas também para prescindir da tautologia que recai sobre a (falta de uma) definição de “palavra” e “som de uma língua”.

Por fim, ancorados na Morfologia Distribuída, instanciamos um primeiro tratamento formal para tratar das interjeições, bem como para acomodar usos não interjectivos desses itens. No entanto, sendo um trabalho preliminar, várias questões (empíricas e teóricas) permanecem em aberto, como (i) seria possível associar alguma propriedade prosódica ou fônica das interjeições a um reflexo fonológico do núcleo iº? (ii) a vogal átona final das interjeições (*ob-a*, *eit-a*, *uf-a*, *ix-i*) consiste em uma instância de vogal temática? (iii) como se formam novas interjeições, tanto primárias quanto secundárias? (iv) há alguma relação entre interjeições e vocativos? (cf. *meu Deus!*, *professora do céu!*), (v) a classificação pragmática (entre expressivas e conativas) pode ser codificada em termos de traços do núcleo iº, como ocorre com alguns pronomes e advérbios?

Em síntese, esperamos que este trabalho possa contribuir com a expansão da cobertura empírica, mas também com a discussão das ferramentas teóricas apropriadas, na Morfologia e na Fonologia, para a explicitação do conhecimento linguístico bem como para sua formalização.

Referências

- ALBANO, Eleonora. *O gesto e suas bordas: esboço de Fonologia Acústico-Articulatória para o português brasileiro*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- AMEKA, Felix. Interjections: the universal yet neglected part of speech. *Journal of Pragmatics*, Oxford, v. 18, p. 101–118, 1992.
- BASSO, Renato Miguel; TEIXEIRA, Ariane. Interjeições como indexicais expressivos: um tratamento em Semântica Formal. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 78–94, 2017.
- BASSO, Renato Miguel; TEIXEIRA, Ariane. Uma tipologia para as interjeições do português brasileiro. *Revista do GEL*, n. 3, p. 10–34, 2019.
- BISOL, Leda. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 20, p. 59–70, 2004.
- BROWMAN, Catherine P; GOLDSTEIN, Louis. *Articulatory Phonology: an overview*. Haskins Laboratories Status Report on Speech Research, New Haven, v. 112, p. 23–42, 1992.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1970].
- CANTONI, Maria Mendes. O acento no português brasileiro segundo uma abordagem baseada no uso. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 93–102, 2009.
- CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. 1. ed. Lisboa: Caminho, 1999 [1995].
- DEMASI, Rita de Cássia Benevides. *A ditongação nasal no português brasileiro: uma análise acústico-aerodinâmica da fala*. 2010. Dissertação de Mestrado - USP, São Paulo, 2010.
- DUBIELA, Mateus Renan. *A vogal frontal átona final produzida por falantes de Curitiba: subsídios para uma abordagem dinâmica dos sons da fala*. 2016. Dissertação de Mestrado - UFPR, Curitiba, 2016.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. 1. ed. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Algumas características centrais da Morfologia Distribuída. *Revista do GELNE*, Natal, v. 22, p. 418–429, 2020 [1994].

LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The sounds of the world's languages*. 1. ed. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1996.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987 [1981].

WIERZBICKA, Anna. The semantics of interjection. *Journal of Pragmatics*, Oxford, v. 18, p. 159–192, 1992.

WILKINS, David P. Interjections as deictics. *Journal of Pragmatics*, Cambridge, v. 18, n. 119–158, 1992.

[Artigo recebido em 14 de fevereiro de 2023 e aceito em 11 de junho de 2023.]